



**A ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURDO OU
AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE**

Referência:

Edital de Pregão Eletrônico nº 047/2021

Processo Administrativo: 16.957/2020

Objeto: Registro de Preços para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital

PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.611.866/0001-00, com sede na Rua Dr. João Francisco de Oliveira, nº 32, Dix Sept-Rosado, Natal/RN – CEP 59052-140, representada neste ato por seu representante legal abaixo assinado, vem, *mui* respeitosamente, com fulcro no art. 41, § 2º, da Lei nº. 8.666/93; art. 5º, XXXIV, “a”, da CF/88, item 28 e subitem 28.1 do edital; bem como nas demais disposições normativas, legais e constitucionais aplicáveis, apresentar

IMPUGNAÇÃO

aos termos dispostos no instrumento convocatório, pelas razões adiante dispostas

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. A norma contida no instrumento convocatório estabelece em seu subitem 28.1, que as impugnações poderão ser apresentadas até o 3º dia útil que anteceder a abertura do Pregão, que está previsto para o dia 30 de junho de 2021.



Rua Dr. João Francisco de Oliveira, nº 32 cs-b,
Dix Sept Rosado, Natal-RN, 59052-140
www.pjrefeicoes.com.br - Tel: (84) 2226-1972
CNPJ: 01.611.866/0001-00 e Inscrição Estadual – 20.077.412-3

2. Desta forma, considerando que na contagem de prazos deve-se excluir o dia do início e incluir o do vencimento, na forma do critério previsto no art. 110 da Lei nº 8.666/93, utilizada no presente certame de forma subsidiária, tem-se que a impugnação poderá ser formalizada até o dia 25 de junho de 2021, razão pela qual a presente peça merece ser conhecida e ter seu mérito julgado.

II – DOS FATOS E DO DIREITO

3. Com as vênias necessárias, considerando todas as regras e princípios constitucionais e infraconstitucionais inerentes às Licitações Públicas, faz-se necessário estampar as irregularidades e/ou subjetividades que podem viciar a tramitação do processo licitatório em epígrafe, de forma a impossibilitar o fidedigno cumprimento da legislação vigente ao objeto licitado e a garantia da melhor proposta e da isonomia entre os interessados, bem como podem colocar em risco ao interesse público, conforme pontuado adiante.

a) Da inexistência de índice para reajuste contratual

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, o da vinculação ao instrumento convocatório, o do julgamento objetivo, o da indisponibilidade do interesse público e, por fim, ao princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

5. Em análise ao instrumento convocatório, vislumbramos que existe séria a frota as normas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, a inexistência na minuta do contrato do objeto licitado do índice para o reajuste, vejamos:

*“6.1. Os **preços serão fixos e irrealizáveis**, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme **art. 65, II, d, da Lei 8.666/93**.” (Grifamos).*

6. Observe nobre julgador que na minuta do contrato do objeto licitado, parte integrante do Edital, e norte da futura contratação, apresenta no seu escopo conforme item 6.1 da Cláusula Sexta, que



trata do reajuste contratual a total inexistência de reajustamento do valores ajustados entre as partes, salvo o que estabelece no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93, que assevera que:

*"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser **alterados**, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

(...)

*d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de **sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.**" (grifamos)*

7. Observe, que o art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93, estabelece o instituto de **REVISÃO DE PREÇO** e não de **REAJUSTE DE PREÇO**.

8. Revisão de preço e reajuste de Preços são instituto distinto? Sim

Revisão de Preço:

Instituto estabelecido através do art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93, realizado através de forma excepcional conforme as causas existentes no ordenamento.

Reajuste de preço:

Instituto estabelecido através do art. 40, XI, da Lei 8.666/93, realizado através da obediência à periodicidade **ANUAL**:

*"XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, **desde a data prevista para apresentação da proposta**, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;" (grifei)"*

9. Não pode confundir Ata de Registro de Preço com o contrato firmado entre as partes.
10. Durante a vigência anual da ARP os preços são irremovíveis, razão pela qual essa foi a previsão estampada no item 6.1 da Cláusula Sexta da minuta do CONTRATO, anexo ao instrumento convocatório, que assim dispõe:

*"6.1. Os preços **serão fixos e irremovíveis**, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o equilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93." (Grifamos).*

11. Ocorre, no entanto, que a Ata e o Contrato constituem instrumentos diferentes, regidos por critérios jurídicos consequentemente distintos.
12. O ajuste firmado é subordinado às regras aplicáveis aos contratos administrativos previstos na Lei nº 8.666/93.
13. Há que se enfatizar que o reajuste de preços é um direito constitucional, previsto no art. 37, XXI, da CF/88, conforme adiante:

*"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (grifei)"*

14. Como é cediço, reajuste consiste na previsão contratual da indexação do valor da remuneração devida ao particular a um índice de variação de custos.
15. Em síntese, o REAJUSTE é a alteração dos preços para compensar (exclusivamente) os efeitos das variações inflacionárias, enquanto a REVISÃO trata de causas específicas relativamente às variações de custo efetivamente ocorridas, como por exemplo, as altas de preços em decorrência da Pandemia



da COVID-19.

16. Com efeito, o reajuste dos preços é AUTOMÁTICO, ou seja, decorridos 12 (doze) meses do contrato, deverá ser aplicado o índice previsto contratualmente, a fim de se recompor a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

17. Ademais, deve-se esclarecer que o inciso XI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93 determina a **OBRIGATORIEDADE** de o Edital conter, dentre outros, "o critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela".

*"XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, **desde a data prevista para apresentação da proposta**, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;" (grifei)"*

18. Da mesma forma, o inciso III do art. 55 da referida Lei elenca como cláusula **NECESSÁRIA** em todo contrato a que estabeleça "o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento"

19. A obediência à periodicidade anual prevista na norma acima advém da Lei Complementar do Plano Real nº 9.069/95, que assim estabelece em seu art. 28:

*"Art. 28. Nos contratos celebrados ou convertidos em REAL com cláusula de correção monetária por índices de preço ou por índice que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados, **a periodicidade de aplicação dessas cláusulas será anual.***

*§ 1º **É nula de pleno direito e não surtirá nenhum efeito cláusula de correção monetária cuja periodicidade seja inferior a um ano.*** (grifei)"

20. Por sua vez, a legislação infraconstitucional estabelece que se deve obediência ao **PRINCÍPIO DA ANUALIDADE**, devendo permanecer o preço irrevogável por 12 (doze) meses após a data de apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir, conforme art. 3º da Lei nº 10.192/2001:

*"Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei**, e, no que com ela não conflitam, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

*§ 1º **A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta** ou do orçamento a que essa se referir." (grifei)"*

21. É oportuna a citação do Acórdão nº 474/2005-TCU-Plenário:

*"9.1.1. a interpretação sistemática do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, do art. 3º, § 1º, da Lei 10.192 e do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/93 indica que o marco inicial, **a partir do qual se computa o período de um ano para a aplicação de índices de reajustamento previstos em edital, é a data da apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir [...]**." (grifei)"*

22. Em suma, em contratos firmados com a Administração os preços podem ser reajustados após o período mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, na melhor das hipóteses, uma vez que a data do orçamento se aplica, em geral, para contratações de obras públicas e resulta em data mais longínqua e, conseqüentemente, com efeitos financeiros maiores.

23. Esse é o entendimento do TCU, conforme disposto no Acórdão nº 474/2005-TCU-Plenário, uma vez que o contrato foi formalizado após transcorrido 1 (um) ano da data da proposta, senão vejamos:

*"9.1.2. na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável, em face do disposto no art. 28, § 1º, da Lei 9.069/95 c/c os arts. 2º e 3º da Lei 10.192/2001, consiste em **firmar o contrato com os valores originais da proposta [...]**." (grifei)"*



24. Ora, como já vimos em tópico apartado, os preços registrados não podem sofrer variações no período de 1 (um) ano em face do princípio da anualidade.

25. Trata-se do direito constitucional de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos preços pactuados, tal como ressaltado pelo TCU em seu Acórdão nº 1.309/2006 – 1ª Câmara:

*"[...] 10.1. Reajuste (ou reajustamento) é o instituto que se destina a compensar o desequilíbrio econômico-financeiro resultante do aumento dos custos de execução do contrato causado pela inflação. Está autorizado pelas disposições do arts. 40, inciso XI, 55, inciso III e **65, § 8º, da Lei n. 8.666/93** e pelos arts. 2º e 3º da Lei n. 10.192/01. [...]. A periodicidade mínima de concessão é um ano." (grifei)"*

26. O TCU reconhece o direito ao reajuste mesmo para os casos em que não há previsão contratual, conforme Acórdão nº 963/2010-TCU-Plenário:

*"27. Quanto à vedação ao reajuste prevista no contrato firmado com a Tecnocoop, cabe ressaltar que a jurisprudência desta Corte de Contas é no sentido de que deverá assegurar-se ao interessado o direito a esse instrumento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, **ainda que não esteja previsto contratualmente**, uma vez que a Lei nº 8.666/93 (arts. 5º, § 1º, e 40, XI) garante aos contratados a correção dos preços a fim de que lhes preservem o valor (Acórdãos nº 376/1997 – 1ª Câmara e 479/2007 – Plenário)." (grifei)"*

27. Não pode a administração pública furta ao particular um direito constitucional ao reajustamento anual dos ajustes, ainda mais Administração deve, em face de seu poder-dever estabelecer exigências INDISPENSÁVEIS à garantia do cumprimento das normais existentes.

II – DO PEDIDO

Ex positis, a empresa **PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA** requer que:

- a) A presente impugnação seja conhecida, por ser tempestiva, e que tenha seu mérito julgado no prazo previsto no Edital;



- b) Que seja realizado a inclusão, na **MINUTA DO CONTRATO**, de cláusula que preveja a possibilidade de aplicação automática do reajuste dos preços ajustados, decorridos 12 (doze) meses de prestação de serviço, com seu respectivo índice de aplicação.
- c) Por fim, sejam acatadas os argumentos e comprovações dispostas no escopo para a alteração e publicação de uma nova versão do instrumento convocatório, uma vez que a modificação afeta diretamente o núcleo da licitação e o preparo das propostas, tudo em razão dos vícios existentes e aqui expostos.

Nestes Termos

Pede e espera DEFERIMENTO.

Natal/RN, 25 de junho de 2021.

PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA

CNPJ n.º 01.611.866/0001-00

Paulo Sergio da Trindade

Diretor Geral

CPF: 567.279.844-68

PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA

CNPJ n.º 01.611.866/0001-00

Arthur Rommel Martins de Oliveira

Diretor Jurídico – OAB/RN 9.607